

## Despacho – Admissão do Recurso ao Tribunal da Relação

**Processo n.º 1234/2026** – *Despedimento por Justa Causa – Uso Indevido de Email Corporativo*

**Autor/Requerente:** José Manuel da Silva, residente em Rua da Boavista, n.º 45, 1.º Dto., 1050-067 Lisboa, NIF 123 456 789.

**Réu/Requerido:** XYZ – Serviços de Tecnologia, Lda., pessoa coletiva n.º 504 321 987, com sede na Avenida das Indústrias, n.º 10, 4100-274 Porto.

**Mandatários:** Dr. António Ribeiro (OA 12345) – advogado do Autor; Dra. Sofia Carvalho (OA 67890) – advogada da Ré.

**Juíza:** Dr.ª Maria de Lurdes Santos, Juíza de Direito do Tribunal Judicial do Trabalho de Lisboa.

**Data:** 22 de fevereiro de 2026.

---

### Vistos

1. O recurso interposto por **José Manuel da Silva**, nos termos do artigo 742.º, n.º 1, alínea c) do Código de Processo Civil, contra a decisão de 12 de janeiro de 2026 que julgou improcedente a ação declarativa de nulidade do despedimento por justa causa, bem como a condenação da empresa XYZ – Serviços de Tecnologia, Lda. ao pagamento de indemnização por despedimento ilícito.
2. O recurso foi apresentado dentro do prazo legal de 30 (trinta) dias úteis, com a devida indicação dos fundamentos de facto e de direito que sustentam a pretensão recursal, nos termos do artigo 743.º do CPC.
3. O recurso foi regularmente instruído com a juntada da certidão de admissibilidade, do comprovativo de pagamento da taxa judicial (valor de € 120,00) e das procurações outorgadas pelos mandatários das partes, cumprindo integralmente as exigências formais previstas nos artigos 744.º e 745.º do CPC.
4. Não foram suscitados impedimentos ou suspeições que possam obstar a apreciação do presente recurso, nos termos do artigo 13.º do Código Deontológico da Ordem dos Advogados.

### Considerando

- a) Que a admissão do recurso ao Tribunal da Relação é medida que se impõe, uma vez que se verifica a regularidade formal da sua interposição e a existência de questões de facto e de direito relevantes, designadamente a validade da justa causa invocada pela empresa ré, a proporcionalidade da sanção disciplinar e o cumprimento dos requisitos formais de comunicação do despedimento.
- b) Que a parte recorrente tem direito a ver o seu recurso apreciado em tribunal de segunda instância, nos termos do princípio da hierarquia das jurisdições e da garantia de defesa consagrada na Constituição da República Portuguesa (artigo 20.º).
- c) Que, nos termos do artigo 749.º do CPC, a fixação da data da sessão de julgamento deve observar a disponibilidade das partes, dos mandatários e da própria juíza, bem como a necessidade de assegurar a celeridade processual.

### Decisão

1. **Admite-se** o recurso interposto por José Manuel da Silva contra a decisão de 12 de janeiro de 2026, nos termos do artigo 747.º do Código de Processo Civil.
2. Determina-se a **remessa dos autos** ao Tribunal da Relação de Lisboa, secção de Trabalho, para que seja apreciado o presente recurso, nos termos do artigo 750.º, n.º 1, alínea a) do CPC.

3. **Fixa-se** a sessão de julgamento para o dia **15 de maio de 2026**, pelas **09:30 horas**, a realizar-se na Sala de Julgamento da Secção de Trabalho do Tribunal da Relação de Lisboa, situada no Palácio da Justiça, Rua da Prata, n.º 45, 1100-420 Lisboa.
4. **Intima-se** a parte recorrente, através do seu mandatário, Dr. António Ribeiro, a apresentar, no prazo de **10 (dez) dias úteis** a contar da notificação deste despacho, as **memórias de recurso** que contenham a exposição detalhada dos factos, a argumentação jurídica e os pedidos que se pretende ver apreciados.
5. **Intima-se** a parte recorrida, através da sua mandatária, Dra. Sofia Carvalho, a apresentar, no mesmo prazo de **10 (dez) dias úteis**, as **memórias de contestação** ao recurso, com a indicação dos factos controvertidos e a fundamentação jurídica que sustente a manutenção da decisão recorrida.
6. **Determina-se** a prática de todas as demais diligências necessárias à preparação da sessão de julgamento, nomeadamente a juntada de documentos suplementares, a oitiva de testemunhas e, se necessário, a realização de prova pericial, nos termos dos artigos 568.º a 573.º do CPC.
7. **Regula-se** o pagamento das custas processuais e dos honorários de peritos, caso sejam nomeados, nos termos dos artigos 721.º e 724.º do CPC, ficando a parte vencida responsável pelo seu pagamento, salvo decisão judicial em contrário.
8. **Comunica-se** às partes que, em caso de não comparecimento injustificado à sessão de julgamento, será aplicada a sanção prevista no artigo 770.º do CPC, podendo ser decretada a sua condução ao tribunal para fins de julgamento à revelia.
9. Este despacho será notificado às partes por via eletrónica, através do Portal do Processo, e, simultaneamente, será afixado no mural do Tribunal da Relação de Lisboa, nos termos do artigo 21.º do Regime de Organização e Funcionamento dos Tribunais.
10. Publique-se.

---

**Lisboa, 22 de fevereiro de 2026**

*Dr.ª Maria de Lurdes Santos*

Juíza de Direito – Tribunal Judicial do Trabalho de Lisboa